



**Inquérito: Conção de um
Sistema Financeiro Sustentável**

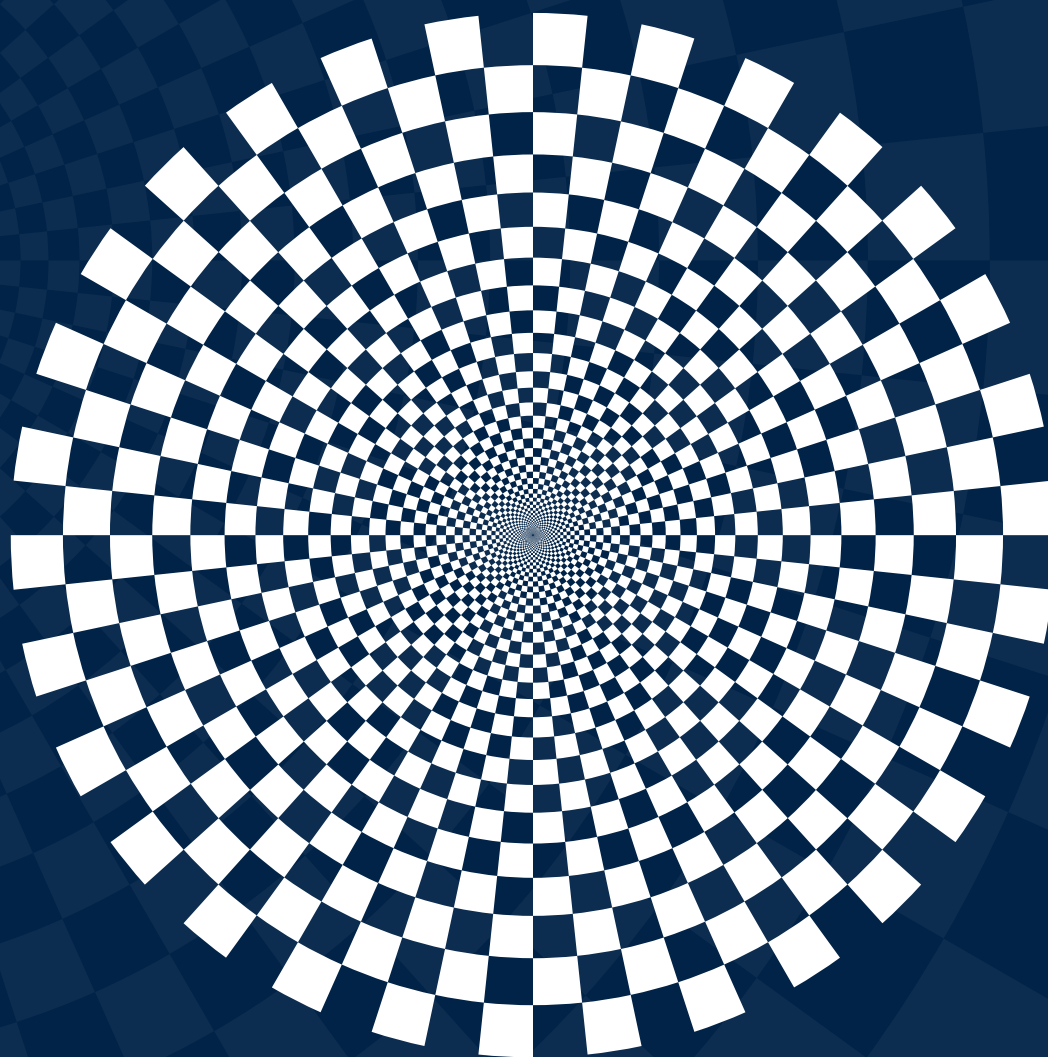


PNUA

O SISTEMA FINANCEIRO DE QUE NECESSITAMOS

**HARMONIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

RESUMO EXECUTIVO



O RELATÓRIO DE INQUÉRITO DO PNUA

OUTUBRO DE 2015

O Inquérito

O Inquérito relativo à Concessão de um Sistema Financeiro Sustentável foi iniciado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente com o objetivo de apresentar opções políticas para melhorar a eficácia do sistema financeiro na mobilização de capitais no sentido de uma economia ecológica e inclusiva – por outras palavras, o desenvolvimento sustentável. Criado em janeiro de 2014, o seu relatório final será divulgado em outubro de 2015.

Para mais informações sobre o Inquérito, consulte o endereço: www.unep.org/inquiry e www.unepinquiry.org ou junto de:

Mahenau Agha, Director of Outreach mahenau.gha@unep.org



Direitos de Autor © Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 2015.

Exoneração de responsabilidade:

As designações utilizadas e a apresentação do material nesta publicação não subentendem a expressão de qualquer tipo de opinião por parte do Programa das Nações Unidas para o Ambiente relativamente ao estatuto legal de qualquer país, território, cidade ou área ou das respetivas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites. Além disso, as opiniões expressas não representam necessariamente a decisão ou a política oficial do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, nem a referência de designações comerciais ou de processos comerciais constitui um apoio público aos mesmos.

PREFÁCIO

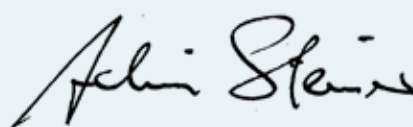
O sistema financeiro sustenta o crescimento e o desenvolvimento. Em 2008 vimos alguns dos sistemas financeiros mais sofisticados do mundo gerar a pior crise financeira mundial desde há décadas. À medida que os mercados em alguns países desenvolvidos iam desmoronando, outros mercados em países desenvolvidos e em desenvolvimento eram inevitavelmente arrastados. No seguimento desta crise financeira mundial, aumentou o reconhecimento de que o sistema financeiro tem de ser não só sólido e estável, mas também sustentável na medida em que permite a transição para uma economia ecológica de baixas emissões de carbono. Deste modo, para se obter o desenvolvimento sustentável que pretendemos, será necessária uma re-harmonização do sistema financeiro com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

A harmonização do sistema financeiro com vista à sustentabilidade não se trata de uma noção longínqua, já está a acontecer. Está a ocorrer uma “revolução silenciosa” à medida que os legisladores e os reguladores financeiros abordam a necessidade de conceber sistemas financeiros robustos e sustentáveis adaptados às necessidades do século XXI. Conceitos como a riqueza natural e a economia circular ecológica deixaram de ser marginais e passaram a ser o centro das estratégias e políticas económicas para empresas e países. A energia limpa sustentará o sistema energético mundial do futuro e não há dúvidas de que o desafio, embora considerável, é essencialmente o de uma transição.

Com estes aspetos em mente, o PNUA implementou o Inquérito para a Conceção de um Sistema Financeiro Sustentável, encarregue de explorar opções de harmonização do sistema financeiro com o desenvolvimento sustentável, e guiado por um Conselho Consultivo internacional.

As constatações do Inquérito e as propostas de ação, retiradas do seu trabalho com dezenas de parceiros a nível nacional e internacional, indicam que o sistema financeiro pode ser transformado de modo a melhor servir as necessidades do desenvolvimento sustentável. Além disso, o Inquérito salientou o facto incontornável de que uma transformação do género é essencialmente uma questão de escolha pública – uma escolha positiva que está a ser feita por um crescente número de países e ao longo de uma parte cada vez mais maior do sistema financeiro.

O progresso da harmonização do sistema financeiro com o desenvolvimento sustentável envolverá novos intervenientes, coligações e instrumentos. Embora muito ainda esteja por fazer, acreditamos que o Inquérito do PNUA constituiu uma apreciação fundamentada do potencial prático e das escolhas políticas que podem ser realizadas na preparação para a realização desse potencial.



Achim Steiner

Diretor Executivo do PNUA

Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas



PNUA



Kathy Bardswick
CEO, The
Cooperators
Group, Canada



Naina Kidwai
Group General
Manager & Country
Head, HSBC India



Maria Kiwanuka
Advisor to the
President, Government
of Uganda



Rachel Kyte
Group Vice President,
World Bank



Jean-Pierre Landau
Former Deputy
Governor, Banque
de France



John Lipsky
Former Deputy
Managing
Director, IMF



Nicky Newton-King
Chief Executive,
Johannesburg Stock
Exchange



Bruno Oberle
State Secretary and
Director of FOEN,
Switzerland



David Pitt-Watson
Co-Chair, UNEP FI



Murilo Portugal
President, Brazilian
Bankers Federation



Atiur Rahman
Governor, Central
Bank of Bangladesh



Neeraj Sahai
Former President,
S&P Rating
Services



Rick Samans
Managing Director,
World Economic
Forum



Andrew Sheng
Distinguished
Fellow, Fung Global
Institute



Anne Stausboll
CEO, CalPERS



Lord Adair Turner
Former Chair,
Financial Services
Authority, UK

* indica um membro do Conselho Consultor do Inquérito

COMENTÁRIO DO CONSELHO CONSULTIVO

Cresce o reconhecimento do desafio premente de financiar o desenvolvimento sustentável e da oportunidade que este proporciona para canalizar o capital financeiro para fins produtivos, rentáveis e mais amplamente benéficos. A concretização deste objetivo requer que os mercados financeiros e de capitais estejam harmonizados com resultados do desenvolvimento sustentável, a questão abordada pelo Inquérito para a Conceção de um Sistema Financeiro Sustentável do Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

Na qualidade de membros do Conselho Consultivo, partilhamos o compromisso de associar as agendas da reforma financeira e do desenvolvimento sustentável. Fornecemos orientações para o Inquérito na sua abordagem ao seu trabalho, à avaliação das suas conclusões e às implicações para ação. O nosso compromisso também foi coletivo em termos de aconselhamento e colaboração ativa de membros individuais do Conselho. As nossas diferentes origens e perspetivas enriqueceram o relatório final do Inquérito, além de traduzirem diferentes opiniões sobre alguns aspetos específicos da análise e das propostas. Tendo em consideração os cerca de dois anos de existência do Inquérito, é extremamente importante o facto de este ter revelado um novo contexto nos esforços com o intuito de garantir um financiamento adequado para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente através de:

- Criação de uma base a partir da qual os legisladores possam trabalhar de modo a obter um acolhimento mais abrangente de boas práticas emergentes.
- Ajuda à criação de uma comunidade crescente de profissionais focados sobre estas associações.

As conclusões específicas do Inquérito e as propostas associadas constituem efetivamente uma base de ações a realizar – alargando e sistematizando medidas de elevado potencial, apontando o caminho para áreas adicionais com vista ao desenvolvimento de conhecimentos, e abrindo o caminho a novas abordagens à aprendizagem para países em desenvolvimento e desenvolvidos, assim como para a cooperação internacional. As principais ilações deste relatório resumem a conclusão a retirar: que é possível, e deveras necessário, melhorar partes essenciais do sistema financeiro para que este sirva mais eficazmente o objetivo de apoiar a transição para uma economia ecológica e inclusiva.

O Conselho Consultivo encara o relatório global do Inquérito não como o final de um processo, mas como uma rampa de lançamento para o desenvolvimento contínuo desta área de análise e ação. Muito ainda fica por compreender, testar e elevar ao roteiro mais abrangente para os mercados financeiros e de capitais do futuro. Esperamos que a abordagem fundamentada e colaborativa do Inquérito possa ser levada adiante de modo a garantir que ocorrem, na prática, desenvolvimentos adicionais.

Por fim, resta felicitar o PNUA pela criação deste Inquérito para a Conceção de um Sistema Financeiro Sustentável. Aproveitando o seu trabalho anterior sobre um sistema financeiro sustentável e a economia ecológica, o PNUA demonstrou o seu empenho em explorar novos campos de ação para o avanço do desenvolvimento sustentável.

RESUMO EXECUTIVO

O Financiamento para o desenvolvimento sustentável pode ser garantido através de medidas no seio do sistema financeiro, assim como na economia real.

As inovações em termos de políticas de países em desenvolvimento e desenvolvidos demonstram a melhor forma de harmonizar o sistema financeiro com o desenvolvimento sustentável.

Podem ser tomadas medidas sistemáticas imediatas a nível nacional para planear um sistema financeiro sustentável, complementado pela cooperação internacional.

1. APROVEITAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

As nossas economias, as sociedades e o meio ambiente estão intrinsecamente ligados. Os desafios que se fazem sentir num âmbito repercutem invariavelmente sobre os restantes. Enormes desafios ambientais põem cada vez mais em perigo vidas - e meios de subsistência - em todo o mundo. No entanto, as soluções também afetam as dimensões económicas, sociais e ambientais. Além disso, o apoio para respostas integradas às problemáticas mais difíceis nunca foi tão grande. O consenso internacional sobre os Objetivos em matéria de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 salientaram a urgência de agir sobre os principais desafios da nossa era, e encontrar vias sustentáveis que apoiarão soluções a longo prazo para estes desafios.

Todo o potencial do sistema financeiro tem de ser aproveitado de modo a possibilitar a transição para o desenvolvimento sustentável. Se, por um lado, os efeitos da crise financeira iniciada em 2008 continuam a assombrar a economia global, emergiu um reconhecimento sem precedentes da necessidade de forjar um sistema financeiro que seja mais estável e mais ligado à economia real. Atualmente, uma nova geração de políticas inovadoras visa garantir que o sistema financeiro serve as necessidades de um desenvolvimento económico inclusivo e ambientalmente sustentável. Estas inovações em termos de políticas e regulamentos financeiros e monetários, juntamente com normas de mercado mais abrangentes, estão a criar umnexo causal essencial entre as regras que regem o sistema financeiro e o desenvolvimento sustentável. O Inquérito para a Conceção de um Sistema Financeiro Sustentável do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) foi criado para explorar esta lógica e apresentar opções de harmonização do sistema financeiro com o desenvolvimento sustentável.

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*O financiamento do desenvolvimento sustentável exigirá que os fluxos de capitais sejam redirecionados para prioridades críticas e não para ativos que reduzem o capital natural.*¹ Nas últimas décadas têm-se registado progressos na integração de fatores de sustentabilidade na tomada de decisões financeiras, assim como deslocações na afetação de capitais, por exemplo, para a energia limpa. Contudo, a deterioração ambiental prossegue. O capital natural está a sofrer um declínio em 116 dos 140 países e, ao ritmo atual, prevê-se que estas tendências deteriorem ainda mais a riqueza natural mundial em mais 10% em 2030, provocando danos consideráveis ao ser humano, ameaçando os modelos de desenvolvimento e danificando irreversivelmente, em alguns casos, sistemas vitais de suporte à vida.²

“Depois da Índia, todos os países em desenvolvimento terão de se industrializar sem recorrer ao consumo crescente de combustíveis fósseis. Nenhum país fez isto. São necessárias inovações em todos os tipos de mercados financeiros.”

Rathin Roy, Diretor do National Institute of Public Finance and Policy, Índia³

O desenvolvimento sustentável exige mudanças na afetação e no valor relativo de ativos financeiros, assim como na sua relação com a criação, gestão e produção de riqueza efetiva.

Um sistema financeiro sustentável é, portanto, aquele que cria, valoriza e transaciona ativos financeiros de forma a que a riqueza efetiva sirva as necessidades a longo prazo de uma economia inclusiva e ambientalmente sustentável.

Inquérito em Ação

O Inquérito para a Conceção de um Sistema Financeiro Sustentável do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) foi criado no início de 2014 para explorar formas de harmonização do sistema financeiro com o desenvolvimento sustentável, com um foco sobre aspetos ambientais.

3 Questões Principais do Inquérito

- **Porquê** – em que circunstâncias se deve tomar medidas para garantir que o sistema financeiro assume uma maior responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável?
- **O quê** – que medidas foram ou poderão ser mais amplamente implementadas para melhor harmonizar o sistema financeiro com o desenvolvimento sustentável?
- **Como** – qual a melhor forma de implementar essas medidas?

O Inquérito considerou aspetos de políticas financeiras e monetárias, assim como regulamentos financeiros e normas, incluindo os requisitos de divulgação, notações de crédito, requisitos de cotação e índices. O Inquérito centrou-se sobre os papéis dos reguladores do sistema financeiro, incluindo bancos centrais, reguladores financeiros, ministros das finanças, outros departamentos governamentais, organismos de normalização e organismos de normalização baseados no mercado como, por exemplo, bolsas de valores, assim como nos principais organismos e plataformas internacionais.

O Inquérito explorou experiências inovadoras no progresso do desenvolvimento sustentável através das medidas tomadas pelos órgãos diretivos do sistema financeiro, nomeadamente, os bancos centrais e os reguladores financeiros, entidades governamentais e organismos de normalização. Essas experiências foram analisadas com certa profundidade no Bangladesh, Brasil, China, Colômbia, União Europeia, França, Quênia, Índia, Indonésia, Holanda, África do Sul, Suíça, Reino Unido e EUA.

O Inquérito também se baseou em compromissos abrangentes internacionais e investigações sobre questões tão diversas como as obrigações ecológicas, sistema bancário assente no valor, responsabilidades fiduciárias, direitos humanos e comércio eletrónico (No Anexo IV encontra-se uma lista completa de artigos de investigação).⁴ O Inquérito foi orientado por um Conselho Consultivo de alto nível, inquérito este que se baseou também nas atividades da economia ecológica do PNUA e na sua Iniciativa para as Instituições Financeiras (PNUA IF).⁵

O Inquérito contribuiu para um número crescente de iniciativas em tempo real que visam integrar o desenvolvimento sustentável na evolução dos mercados financeiros e de capitais, desde a co-reunião do “Green Finance Task Force” (Grupo de Trabalho para um Sistema Financeiro Ecológico) chinês com o Banco Popular da China a catalizar e apoiar o Governo suíço no lançamento de uma consulta nacional com a “Swiss Sustainable Finance Initiative” (Iniciativa suíça para um Sistema Financeiro Sustentável). Outras atividades incluem apoiar um inquérito nacional relativo à economia ecológica e ao sistema financeiro realizado pela Federação Brasileira das Associações de Bancos.

O consenso internacional sobre os Objetivos em matéria de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 salientaram a urgência de encontrar vias que apoiem soluções a longo prazo para estes desafios. Para realizar os Objetivos em matéria de Desenvolvimento Sustentável, incluindo infraestruturas,

energia limpa, água, saneamento e agricultura é necessário um investimento estimado em 5-7 biliões de dólares americanos.⁶ Os países em desenvolvimento enfrentam um fosso de investimento anual no valor de 2,5 biliões de dólares americanos, ao passo que, com a atual tendência, as principais economias depararão

com um déficit de investimento a longo prazo no valor de 10 bilhões de dólares americanos em 2020.⁷ Do mesmo modo, alguns investimentos têm de ser ajustados, por exemplo, com um valor estimado de 6 bilhões de dólares americanos em 2030, no desenvolvimento de energia altamente poluente e na produção de energia.⁸ Uma parte deste deslocamento de capitais terá como destino a reforma do preço dos recursos, por exemplo, para responder aos 5,3 bilhões de dólares americanos em subsídios energéticos anuais identificados pelo Fundo Monetário Internacional.⁹ *O financiamento público será essencial para suprir a carência financeira, mas previsões sugerem que esta contribuição será limitada.* O setor financeiro precisa de aceder a capital privado de grande escala, com o setor bancário sozinho a gerir ativos financeiros com um valor aproximado de 140 bilhões de dólares americanos e os investidores institucionais, sobretudo fundos de pensões, a gerir mais de 100 bilhões de dólares americanos, e os mercados de capitais, incluindo obrigações e títulos, a superar os 100 e os 73 bilhões de dólares americanos, respetivamente.¹⁰

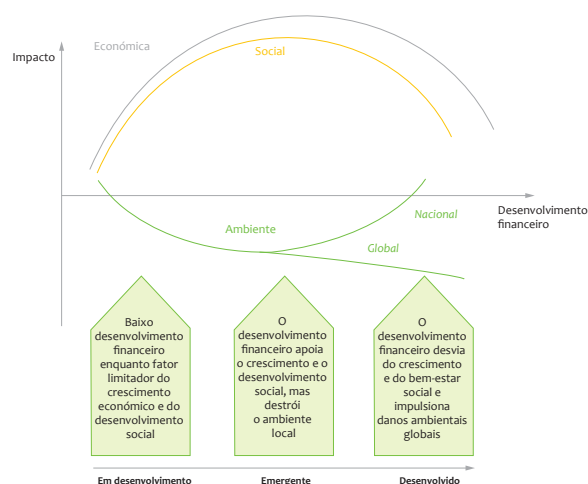
O sistema financeiro terá de evoluir para desempenhar o seu papel no financiamento do desenvolvimento sustentável. Milhares de milhões de pessoas e milhões de pequenas empresas não têm acesso a serviços financeiros. As reformas levadas a cabo no seguimento da crise financeira melhoraram a estabilidade financeira mas permanece uma “tarefa inacabada”. As opções a curto prazo e a excessiva margem de manobra continuam a ser fatores significativos de instabilidade e a razão pela qual os riscos relacionados com a sustentabilidade a longo prazo estão a ser colocados de parte na tomada de decisões financeiras. Replicar os sistemas financeiros mais desenvolvidos da atualidade não é a resposta. De facto, sistemas financeiros sobredimensionados e extremamente complexos podem afetar negativamente o crescimento económico e a igualdade de rendimentos.¹¹

Os resultados ambientais e sociais serão afetados pelo desenvolvimento do sistema financeiro. Adotando a abordagem esquemática do FMI e do BIS, uma hipótese de trabalho é que um cenário habitual verá os resultados ambientais negativos a

aumentar rapidamente à medida que os sistemas financeiros se desenvolvem. Essas externalidades podem reduzir a níveis de desenvolvimento superiores para as respetivas economias domésticas anfitriãs, mas continuam a aumentar mundialmente à medida que sistemas financeiros mais desenvolvidos aumentam a internacionalização do seu financiamento e a sua pegada.

Dispomos de uma janela de oportunidade histórica para desenvolver um sistema financeiro sustentável. Por todo o mundo, aumenta o valor do capital afeito a práticas financeiras mais responsáveis. As respostas em termos de políticas e regulamentares à crise manifestam a vontade e a capacidade dos órgãos diretivos para agir de forma não convencional, rapidamente, à escala e de forma concertada, quando perante desafios sistémicos graves.¹² A crescente influência de economias emergentes nas questões financeiras internacionais coloca a ligação entre desenvolvimento do mercado financeiro e prioridades de desenvolvimento nacional num local mais central no debate político. As perturbações tecnológicas ao longo do sistema financeiro estão a desafiar práticas de competência do mundo dos intermediários financeiros, abrindo novas vias de inclusão e conectividade.¹³ Finalmente, uma transformação na sensibilização pública e em termos de políticas para o desenvolvimento sustentável tem colocado de forma crescente as questões ambientais e sociais no âmbito da decisão política económica.

FIG 1 DESARMONIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



A Prática Emergente de Integração do Desenvolvimento Sustentável no Sistema Financeiro

MELHORAR AS PRÁTICAS DO MERCADO

- **Participação de capitais:** A Bolsa de Valores de Joanesburgo (JSE) e a bolsa de valores brasileira BOVESPA foram os primeiros inovadores a solicitar divulgações de sustentabilidade.¹⁴
- **Informação de sustentabilidade na análise do mercado:** A Standard & Poor's Ratings Services identificou as alterações climáticas como uma das principais mega tendências a afetar as obrigações soberanas.¹⁵
- **Integração dos riscos ambientais nos regulamentos financeiros:** Os regulamentos bancários do Brasil exigem a gestão de riscos sócio-ambientais.¹⁶

MELHORAR AS ARQUITETURAS DE GOVERNAÇÃO

A internalização do desenvolvimento sustentável na tomada de decisões financeiras pode ser compatível com os atuais mandatos dos reguladores financeiros e dos bancos centrais.^{17,18}

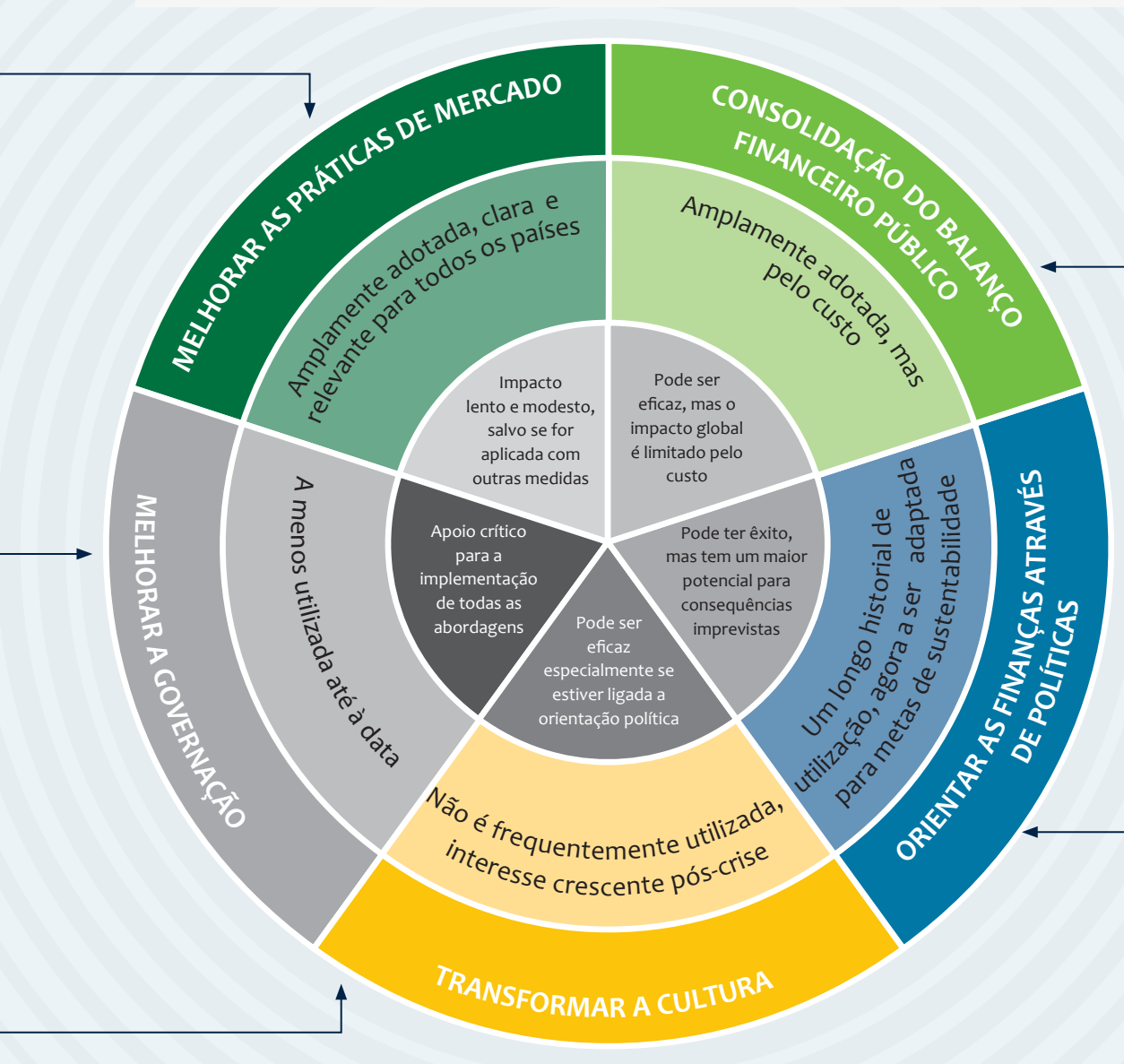
- O foco do Banco Central do Brasil sobre a gestão dos riscos sócio-ambientais advém das suas funções essenciais na qualidade de regulador bancário cauteloso.
- O Banco do Bangladesh defende que o seu apoio às empresas rurais e ao financiamento ecológico contribui para a estabilidade financeira e monetária.
- A revisão cautelosa do Banco de Inglaterra relativa aos riscos climáticos para o setor dos seguros no Reino Unido assenta numa associação entre as suas obrigações cautelares essenciais e a “UK Climate Change Act” (Lei do Reino Unido relativa às Alterações Climáticas).

FOMENTAR A TRANSFORMAÇÃO CULTURAL

- **Pactos e roteiros nacionais:** Roteiro indonésio para um Sistema Financeiro Sustentável com a duração de 10 anos, Comité chinês¹⁹ para um Sistema Financeiro Ecológico.²⁰
- **Instituições financeiras baseadas em valores:** Os banqueiros holandeses comprometem-se a equilibrar os interesses de todas as partes interessadas.²¹ A investida contra os impactos e o financiamento com base na confiança continuam a crescer.²²
- **Medidas para melhorar o atual conjunto de aptidões de profissionais e reguladores financeiros:**²³ O Roteiro indonésio para um Sistema Financeiro Sustentável centra-se sobre competências de sustentabilidade por parte dos profissionais.²⁴

CONSOLIDAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO PÚBLICO

- **Incentivos fiscais para investidores:** Amplamente utilizados nos EUA, desde deduções fiscais sobre obrigações municipais para infraestruturas locais a incentivos dirigidos a investimentos em energias renováveis.
- **Financiamento Combinado:** Muitas instituições financeiras públicas estão a combinar financiamento público e privado para reduzir a lacuna de viabilidade para investidores em projetos ecológicos.²⁵
- **Bancos centrais:**²⁶ O Banco Popular da China a efetuar investimentos de capitais em instrumentos de investimento dirigidos por políticas.²⁷



ORIENTAR AS FINANÇAS ATRAVÉS DE POLÍTICAS

- **Programas de financiamento a setores prioritários:** A partir das necessidades de financiamento a setores prioritários da Índia²⁸ e a Lei do Reinvestimento Comunitário dos EUA.
- **O financiamento direcionado está frequentemente associado a incentivos:** As necessidades de financiamento ecológico do Banco do Bangladeche possuem ajustamentos de capitais favoráveis.²⁹ A implementação da Carta Financeira da África do Sul está associada a contratos públicos.³⁰
- **Regimes de responsabilidade:** O sistema de ‘Superfund’ dos EUA proporciona um ‘porto seguro’ para responsabilidade do credor baseada na devida diligência adequada. A China está a rever as suas regras relativas à responsabilidade do credor.³¹

FIG II DESENVOLVER UM SISTEMA FINANCEIRO PARA O SÉCULO XXI

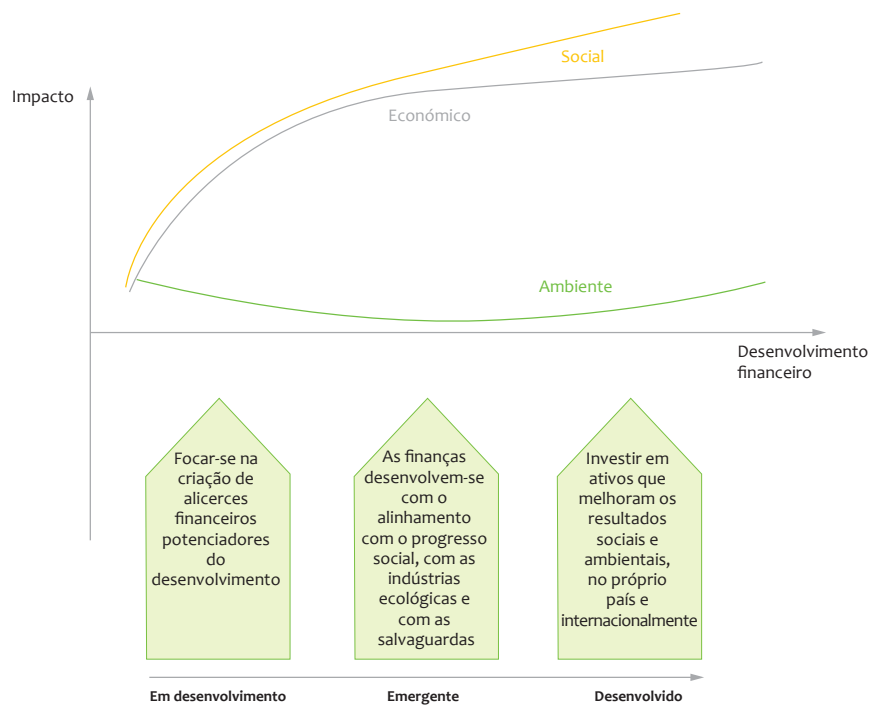


FIG III CAIXA DE FERRAMENTAS PRÁTICAS E OPÇÕES DE PACOTES DE POLÍTICAS



2. REVOLUÇÃO SILENCIOSA

A principal conclusão do Inquérito é que está a ocorrer uma “*revolução silenciosa*” que visa integrar o desenvolvimento sustentável no tecido do sistema financeiro. O Inquérito encontrou mais de 100 exemplos de medidas de políticas em 40 países que visam cada um dos principais grupos de ativos e de intervenientes, assim como a governação subjacente do sistema financeiro. As economias em desenvolvimento e emergentes estão a liderar esta revolução, guiadas por um foco na transformação económica, inclusão social e prioridades ambientais locais. Também estão a emergir defensores no mundo desenvolvido, conduzidos mais por preocupações em termos de eficiência e estabilidade do mercado, e em resposta a riscos mundiais como, por exemplo, as alterações climáticas. A cooperação internacional está a aumentar rapidamente, catalisando a aprendizagem e abordagens partilhadas.

A revolução silenciosa está a ser liderada pelos que regem o sistema financeiro, frequentemente em colaboração com intervenientes do mercado. Os bancos centrais, reguladores financeiros e normalizadores, incluindo agências de notação de crédito e bolsas de valores, estão a apresentar medidas inovadoras. As medidas tomadas variam amplamente:

- *A nível nacional, desde a liderança da África do Sul na integração do desenvolvimento sustentável nos requisitos de cotação, até aos regulamentos bancários do Brasil que regem o risco ambiental, ao refinanciamento do banco central do Bangladesh para apoiar o investimento ecológico, à liderança da China na criação de diretrizes de crédito ecológico e à revisão cautelosa dos riscos climáticos realizada pelo Banco de Inglaterra.*
- *A nível internacional, desde ligações assentes em princípios como, por exemplo, a “Sustainable Banking Network for Regulatory” e a “Sustainable Stock Exchanges*

Initiative”, às notações de crédito soberano sensíveis ao clima da S&P Rating Services, e a consideração do papel que os bancos centrais desempenham na gestão de riscos associados ao clima por parte do Conselho de Estabilidade Financeira.

A integração do desenvolvimento sustentável na evolução dos sistemas financeiros proporciona potenciais benefícios a curto e longo prazo. A curto e médio prazo:

- *Os países em desenvolvimento dispõem da oportunidade de aumentar o acesso financeiro, reduzir a poluição ambiental com melhorias associadas na saúde pública, e melhorar os fluxos financeiros para a energia limpa e novas fontes de desenvolvimento económico.*
- *Os países desenvolvidos dispõem de oportunidades para melhorar a integridade do mercado, melhor harmonizar o setor financeiro com a economia real, melhorar a resistência financeira e monetária e consignar objetivos em termos de políticas como, por exemplo, financiar a transição energética.*

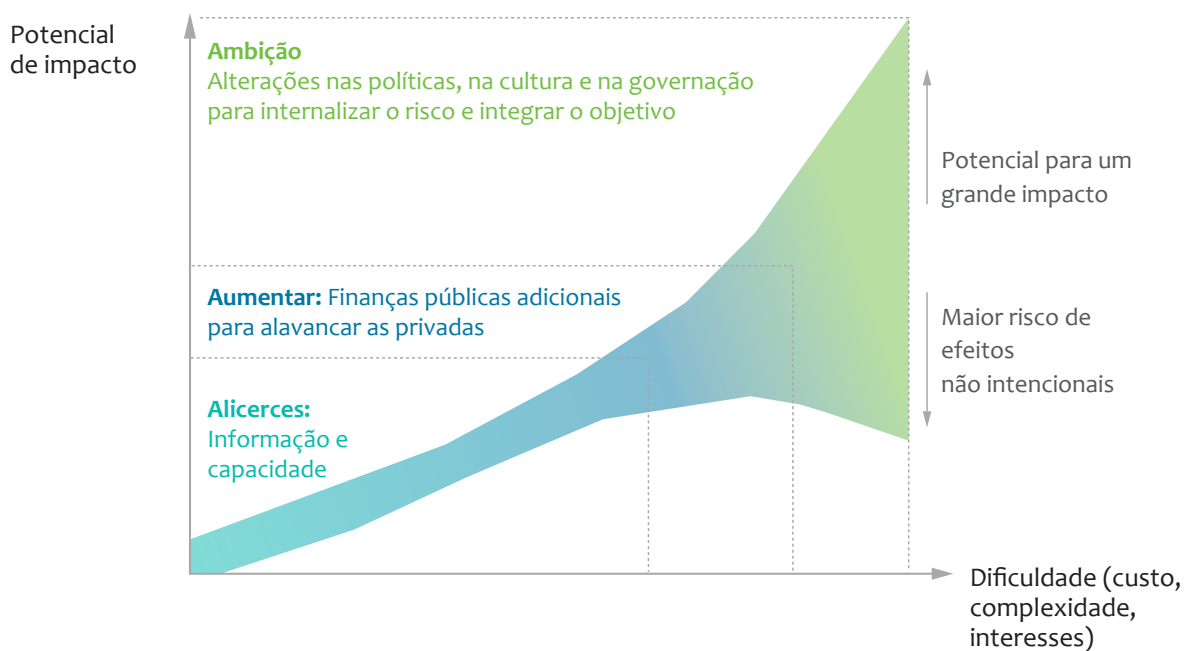
Em jogo está o potencial para forjar um sistema financeiro adaptado ao século XXI. A oportunidade a longo prazo para as economias de países desenvolvidos e em desenvolvimento consiste em desenvolver sistemas financeiros eficientes que sejam mais eficazes na satisfação das necessidades de economias e sociedades inclusivas e sustentáveis. As medidas identificadas pelo Inquérito, tomadas separadamente, muito provavelmente não conseguirão proteger a sociedade das fraquezas de outro sistema financeiro que permita avaliações incorretas, extração de rendas e instabilidade. Contudo, os impactos cumulativos dessas medidas podem ser superiores à soma das partes. Implementadas com ambição e empenho, estas podem desencadear mudanças mais abrangentes ao nível do sistema.

3. QUADRO DE AÇÃO

A harmonização do sistema financeiro com o desenvolvimento sustentável requer uma abordagem sistemática. O desenvolvimento de um sistema financeiro sustentável apenas será possível indo além das abordagens habituais ao desenvolvimento dos mercados financeiros, e da adoção de inovações ad hoc. O Quadro de Ação do Inquérito fornece uma abordagem sistemática para a criação de vias práticas, com base numa caixa de ferramentas de medidas baseadas na experiência no país. O quadro propõe pacotes de políticas para cada um dos principais grupos de ativos e intervenientes associados: bancos, obrigações, capitais, investidores institucionais e seguros. Além disso, este apresenta quatro recomendações de medidas a tomar para harmonizar a governação do sistema financeiro com o desenvolvimento sustentável.

A conceção de pacotes de políticas e de vias de implementação requer que se alcance um equilíbrio entre ambição, viabilidade e riscos. Medidas relativamente simples para melhorar as práticas do mercado como, por exemplo, uma melhor divulgação, podem ser pontos de partida úteis mas que isoladas não permitirão a mudança quântica necessária. Por outro lado, medidas como o financiamento prioritário e a responsabilidade ambiental acrescida podem, com o tempo, conduzir a uma maior mudança, mas necessitam de uma conceção cuidadosa e de preparação do mercado para evitar consequências indesejáveis. Em última análise, o que é realmente necessário é um pacote de medidas que desencadeie mudanças mais abrangentes na dinâmica comportamental, cultural e de mercado do sistema financeiro.

FIG IV POSSÍVEL IMPACTO E VIABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO



4. PRÓXIMOS PASSOS

As conclusões do Inquérito fornecem uma base robusta para a execução dos próximos passos no desenvolvimento de um sistema financeiro sustentável a nível nacional e internacional. Criticamente, o ímpeto observado e suportado pelo Inquérito tem de ser aproveitado, através da liderança a nível nacional e da cooperação internacional. As conclusões sugerem duas áreas de ação relacionadas:

- *A nível nacional:* um ponto de partida pode ser o diagnóstico de alto nível das necessidades e oportunidades no seio do sistema financeiro, assim como o desenvolvimento de um pacto social de base abrangente de agências públicas, instituições financeiras e da sociedade civil para desenvolver uma abordagem partilhada às medidas necessárias.
- *A nível internacional,* a cooperação e, mais especificamente, 10 áreas identificadas pelo Inquérito, quatro focadas sobre grupos específicos de ativos e intervenientes, cinco sobre o desenvolvimento da arquitetura de governação para lidar de forma mais explícita com o desenvolvimento sustentável e, por fim, a criação de um consórcio internacional de investigação para desenvolver questões e temas pouco explorados.

A implementação das conclusões do Inquérito requererá o envolvimento de diversos intervenientes. Para ser bem sucedido é essencial o envolvimento ativo de administradores do sistema financeiro, incluindo bancos centrais, reguladores e entidades cautelares, normalizadores, entidades governamentais, incluindo ministros das finanças e reguladores baseados no mercado, incluindo bolsas de valores e agências de notação de crédito. No entanto, as conclusões do Inquérito também realçam o papel essencial de outros intervenientes, nomeadamente:

- *Agentes de mercado:* desde bancos a fundos de pensões e analistas – que contribuem por meio de uma liderança exemplar, desenvolvimento de conhecimentos e orientação especializada, estabelecimento e defesa de coligações.
- *Comunidade do desenvolvimento sustentável:* desde ministros do ambiente a grupos de reflexão, sociedade civil e agências como, por exemplo, o PNUA – trazendo conhecimentos especializados, coligações e uma maior sensibilização pública.
- *Organizações internacionais:* as organizações envolvidas no desenvolvimento do sistema financeiro – para reformas políticas, desenvolvimento de conhecimentos, criação de normativas e desenvolvimento de normas, além da coordenação.
- *Pessoas:* na qualidade de consumidores de serviços financeiros, de funcionários de instituições financeiras e de participantes na sociedade civil - trazendo competências únicas e

“O Banco do Bangladesh e uma série de bancos centrais de outras economias em desenvolvimento têm tentado abordar os riscos de instabilidades e desequilíbrios na origem, promovendo um etos institucional inclusivo socialmente responsável e ambientalmente sustentável no setor financeiro.”

Dr. Atiur Rahman*, Governador do Banco do Bangladesh

“O horizonte temporal do banco central é relativamente curto - mas os desafios reais colocados à prosperidade e à resiliência económica provenientes das alterações climáticas manifestar-se-ão muito além deste horizonte. Estamos perante uma tragédia de horizontes.”

Mark Carney, Governador do Banco de Inglaterra ³²

perspetivas sobre como ligar os sistemas financeiros às necessidades e aspirações humanas.

O Inquérito realçou a importância de coligações para o desenvolvimento de um sistema financeiro sustentável. Muitos dos intervenientes anteriormente referidos devem participar nas referidas coligações nas funções que desempenham, a nível nacional, regional e internacional. As conclusões do Inquérito apontam para um contínuo défice em termos de conhecimentos

e competências: primeiro, no que se refere ao sistema financeiro, uma carência em termos de grupos de cidadãos, da comunidade ambientalista e da comunidade mais abrangente ligada ao desenvolvimento sustentável; e, segundo, uma carência em termos de especialistas do sistema financeiro no que se refere à sustentabilidade ambiental. São especialmente importantes novas coligações para superar esses défices e, assim, criar entendimentos comuns sobre como apresentar estratégias efetivas para mudança.

FIG V PRÓXIMOS PASSOS PARA AÇÃO NACIONAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL



5. NO SENTIDO DE UM SISTEMA FINANCEIRO SUSTENTÁVEL

O Inquérito do PNUA revelou a necessidade e o potencial de harmonização do sistema financeiro, e dessa forma garantir financiamento, com o desenvolvimento sustentável. A atual experiência prática dispersa pode constituir a base de uma abordagem sistemática para desenvolver essa harmonização. As vias práticas podem ser concebidas de modo a, com o tempo, poderem desencadear mudanças sistêmicas. As referidas abordagens podem ser arquitetadas por coligações, modeladas e posteriormente ampliadas por meio da cooperação internacional. O não aproveitamento desta oportunidade tornaria difícil alcançar os Objetivos em matéria de Desenvolvimento Sustentável.

O desenvolvimento de um sistema financeiro sustentável pode melhorar a eficiência, eficácia e resiliência do próprio sistema. As medidas individuais que foram realçadas, tomadas separadamente, muito provavelmente não conseguirão proteger a sociedade das debilidades de outro sistema financeiro que permita avaliações incorretas, extração de rendas e instabilidade. Contudo, mudanças em sistemas complexos e adaptativos como, por exemplo, o do financiamento, podem ser desencadeadas pelo desenvolvimento de novas normas comportamentais ancoradas num novo sentido de finalidade. Os impactos dessas medidas podem ser superiores à soma das partes. Implementadas com ambição, cuidado e empenho, estas podem desencadear mudanças mais abrangentes ao nível do sistema. Um foco inicial sobre objetivos específicos como, por exemplo, a inclusão financeira, a poluição atmosférica ou as alterações climáticas, pode revelar novas formas para atingir os objetivos tradicionais para o sistema em novos contextos.

A realização deste potencial constitui, essencialmente, uma questão de escolha pública. A forma que o sistema financeiro atual assume resulta de muitas escolhas históricas. É certo que nunca houve um projeto mas o sistema ganhou forma com a evolução das necessidades e das expectativas da sociedade, decisões associadas em termos de políticas e com a resposta dinâmica a condições variáveis por parte de agentes do mercado. As conclusões do Inquérito apontam para uma nova geração de escolhas públicas que são realizadas por instituições cuja tarefa consiste em moldar o sistema financeiro futuro.

Em jogo está o potencial para forjar um sistema financeiro adaptado ao século XXI com a finalidade de suprir as necessidades do desenvolvimento sustentável.

“O programa de financiamento sustentável visa não só aumentar o financiamento mas também melhorar a resiliência e a competitividade das instituições financeiras... O financiamento sustentável constitui um novo desafio, assim como uma oportunidade em que as instituições financeiras podem obter benefícios, por exemplo, em termos de um crescimento e desenvolvimento mais estável.”

Muliaman D. Hadad, Presidente do Conselho de Comissários da Autoridade indonésia dos Serviços Financeiros (OJK)

“O Banco Popular da China está a dar início à elaboração provisória do 13º Plano Quinquenal para a reforma e o desenvolvimento do setor financeiro chinês. O financiamento ecológico será um elemento essencial deste plano.”

Pan Gongsheng, Vice-Governador do Banco Popular da China³³

Referências

- 1 PNUA (2011). Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. Nairobi: PNUA. Retirado de: <http://www.unep.org/greeneconomy/GreenEconomyReport/tabid/29846/Default.aspx>
- 2 Estimativas do Inquérito com base no UNU-IHDP e PNUA (2014). The Inclusive Wealth Report 2014. Cambridge University Press. Retirado de: <http://inclusivewealthindex.org/>.
- 3 Roy, R. (2015). Apresentação no Evento Inquérito PNUA/Axa: New Rules for New Horizons, 3 July 2015, Paris. Conforme citado em Thimann, C. and Zadek, S. (2015) New Rules for New Horizons: Report of the High Level Symposium on Reshaping Finance for Sustainability. Relatório PNUA/Axa. Retirado de: http://apps.unep.org/publications/index.php?option=com_pub&task=download&file=011747_en
- 4 PNUA (2011). Ibid.
- 5 Os membros pertencentes à PNUA IF incluem 200 instituições financeiras, sobretudo bancos, companhias de seguros e investidores: <http://www.unepfi.org>
- 6 CNUCED (2014). World Investment Report 2014 - Investing in SDGs. Genebra: CNUCED
- 7 G30 (2013) Long-term finance and economic growth. Washington, D.C.: G30 http://www.group30.org/images/PDF/Long-term_Finance_hi-res.pdf
- 8 Consultar IPCC (2014). Climate Change 2014 Synthesis Report –Section 4.4.4 Investment and finance. Retirado de: http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_FINAL_full.pdf; International Energy Agency (IEA) (2014). World Energy Investment Outlook 2014. Paris: AIE. Retirado de: <http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/WEIO2014.pdf>; e Global Commission on the Economy and Climate (2014) New Climate Economy Report: Better Growth, Better Climate. Retirado de: <http://newclimateeconomy.report/>
- 9 Coady, D., Parry, I., Sears, L. and Shang, B. (2015). How Large Are Global Energy Subsidies? Documento de Trabalho do FMI <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp15105.pdf>
- 10 <http://www.world-exchanges.org/insight/reports/global-equity-trading-volumes-rise-36-1st-half-2015>
- 11 O relatório sugere que níveis muito elevados de financiamento podem ter impactos negativos devido à frequência acrescida de “booms” e bancarrotas, um desvio de talentos para o setor financeiro e uma possível extração de rendas: Sahay, R., Čihák, M., N’Diaye, P., Barajas, A., Bi, R., Ayala, D., Gao, Y., Kyobe, A., Nguyen, L., Saborowski, C., Svirydzenka, K. e Yousefi, S.R. (2015). Rethinking Financial Deepening: Stability and Growth in Emerging Markets. SDN 15/08. Washington, D.C.: FMI. Retirado de: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2015/sdn1508.pdf>
- 12 Mackintosh, S. (a publicar). Making the Jump: How Crises Affect Policy Consensus and Can Trigger Paradigm Shift. Documento de trabalho do Inquérito do PNUA.
- 13 Fórum Económico Mundial (2015). The Future of Financial Services How disruptive innovations are reshaping the way financial services are structured, provisioned and consumed. Genebra: WEF. Retirado de: http://www3.weforum.org/docs/WEF_The_future_of_financial_services.pdf
- 14 Sustainable Stock Exchanges Initiative (2014). Report on Progress. Retirado de: <http://www.sseinitiative.org/wp-content/uploads/2012/03/SSE-2014-ROP.pdf>
- 15 Standard and Poor’s (2014). Climate Change is a Global Mega-trend for sovereign risk, 15 de maio de 2014
- 16 Alexander, K. (2014). Stability and Sustainability in Banking Reform: Are Environmental Risks Missing in Basel III? Cambridge: CISL & Genebra: PNUA IF. Retirado de: <http://www.unepfi.org/fileadmin/documents/StabilitySustainability.pdf>
- 17 Volz, U. (a publicar). The Role of Central Banks in Enhancing Green Finance. Documento de trabalho do Inquérito do PNUA. Inquérito PNUA.
- 18 Monnin, P. e Barkawi, A. (2015) Monetary Policy and Green Finance – Exploring the Links. In Greening China’s Financial System (Zhang, C., Zadek, S., Chen, N. e Halle, M. (Eds.)). DRC/IISD com o Inquérito do PNUA.
- 19 Huang, C. (2015). Green Finance: Seeking a way out of China’s pollution crisis. Londres: Trucost. Retirado de: <http://trucost.com/blog/140/China/green-finance>
- 20 http://www.sustainablefinance.ch/en/who-we-are_content--1--1033.html
- 21 Nederlandse Vereniging van Banken (2015). Future-Oriented Banking Social Charter, Banking Code, Rules of Conduct (English Version). NVB: Amsterdão.
- 22 Myers, T.A. e Hassanzadeh, E. (2015) The Interconnections Between Islamic Finance and Sustainable Finance. IISD also see SC (2014) SC introduces the first Sustainable & Responsible Investment Sukuk framework. Securities Commission Malaysia, 28 de agosto de 2014. http://www.sc.com.my/post_archive/sc-introduces-sustainable-and-responsible-investment-sukuk-framework/.
- 23 Consultar Ceres (2014). Gaining Ground: Corporate Progress on the Ceres Roadmap for Sustainability. Ceres and Sustainability, abril de 2014. <http://www.ceres.org/roadmap-assessment/progress-report>; PRI (2014). Integrating ESG Issues to Executive Pay: A review of global extractives and utilities companies. Setembro de 2014; GMI Ratings (2014). Sustainability Metrics in Executive Pay: Short-term focus for a long-term issue. Abril de 2014; e Glass, L. (2014). Greening the Green: Linking Executive Compensation to Sustainability. <http://www.glasslewis.com/blog/glass-lewis-publishes-greening-green-2014-linking-compensation-sustainability/>
- 24 OJK (2014). Roadmap to Sustainable Finance in Indonesia. Jakarta: OJK. Retirado de: <http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/587a700047f4b31baa63ff299ede9589/Roadmap+Keuangan+Berkelanjutan.pdf?MOD=AJPERES>
- 25 Consultar, por exemplo, FEM (2015). Blended Finance Vol. 1: A Primer for Development Finance and Philanthropic Funders. Genebra: WEF. Retirado de: http://www3.weforum.org/docs/WEF_Blended_Finance_A_Primer_Development_Finance_Philanthropic_Funders_report_2015.pdf, <http://www.convergence.finance/> e Rogerson, A. (2011). What if Development Aid Were Truly Catalytic. Londres: ODI.
- 26 Sheng, A. (2015). Central Banks can and should do their part in funding sustainability. CIGI.
- 27 China Green Finance Taskforce (2015). Establishing China’s Green Financial System. UNEP Inquiry/People’s Bank of China.
- 28 Times of India (2015). RBI changes priority sector lending norm. 25 de abril de 2015. Retirado de: <http://timesofindia.indiatimes.com/business/india-business/RBI-changes-priority-sector-lending-norms/articleshow/47034036.cms>

- 29 Barkawi, A. e Monnin, P. (2015). Monetary Policy and Sustainability – the Case of Bangladesh. Documento de trabalho do Inquérito do PNUA. Inquérito PNUA/CEP.
- 30 Hawkins, P. (2015). Design Options for a Sustainable Financial Sector. Documento de trabalho do Inquérito do PNUA. Inquérito PNUA.
- 31 Sampaio, R.S., Diniz, E., Maristrello Porto, A.J. e Martins Lopes, L.D. (a publicar). Lender’s and Investor’s Environmental Liability: How Much is Too Much? Documento de trabalho do Inquérito do PNUA. Inquérito PNUA/FGV.
- 32 Carney, M. citado no Inquérito PNUA (2015). O Futuro Clima Financeiro. Relatório atualizado 4: Abril de 2015. Genebra: PNUA.
- 33 Gongsheng, P. no Prefácio de: China Green Finance Taskforce (2015).



Inquiry: Design of a Sustainable Financial System

International Environment House
Chemin des Anémones 11-13
Geneva,
Switzerland

Tel.: +41 (0) 229178995

Email: inquiry@unep.org - Twitter: @FinInquiry

Website: www.unep.org/inquiry/

Inquiry Live: www.unepinquiry.org